



AVISO DE DISPENSA 5218 /2024 COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II DA LEI Nº14.133/2021

CONTRATANTE

Município de Bom Jesus - GO

OBJETO

Contratação de fornecimento de 70 camisetas padronizadas para a uniformização dos colaboradores da Secretaria Municipal de Assistência Social para a Campanha de Conscientização em apoio ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração contra Crianças e Adolescentes

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$: 4.060,00

PERÍODO DE PROPOSTAS

De: 27/03/2024 ate 01/04/2024

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

Bom Jesus-GO, 26 de Março 2024

DEBORA BORGES DE OLIVEIRA E SILVA
Agente de Contratação



MODELO

TERMO DE REFERÊNCIA - LEI 14.133/2021

Torna-se público que o Município de Bom Jesus-GO, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, realizará Dispensa de Licitação, com critério de julgamento Menor preço item/lote, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Período de entrega das Proposta

De: 27/03/2024 até 01/04/2024 no horário das 08:00 horas às 15:00 horas

Nº PROCESSO:	
SOLICITANTE:	Secretaria Municipal de Assistência Social
OBJETO:	Contratação de fornecimento de 70 camisetas padronizadas para a uniformização dos colaboradores da Secretaria Municipal de Assistência Social para a Campanha de Conscientização em apoio ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração contra Crianças e Adolescentes

1. DO OBJETO

1.1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

Contratação de fornecimento de 70 camisetas padronizadas para a uniformização dos colaboradores da Secretaria Municipal de Assistência Social para a Campanha de Conscientização em apoio ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes

1.2. DETALHAMENTO DO OBJETO

ITEM	PRODUTO	QN TD	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
01	CAMISETA BABY LOOK FEMININA	60	Camiseta destinada a Campanha 18 de Maio, Baby Look, em malha PP Sublimação (similar ou superior) 100% poliéster, gola redonda na cor LARANJA, COSTURA DUPLA MANGA CURTA, 2 LOGOTIPOS SILCADOS Prefeitura Municipal e Assistência Social (nas costas) com aplicação de arte na frente e com layout personalizado, colorido na frente tamanhos que poderão variar entre P, M, G, GG, G2, G4 e EXG, conforme arte constante do (imagens de referências, para os detalhes); Composição: 100% poliéster Cor: LARANJA	4.060,00
02	CAMISETA MASCULINA	10	Camiseta destinada a Campanha 18 de Maio em malha PP Sublimação (similar ou superior) 100% poliéster, gola redonda na cor LARANJA, COSTURA DUPLA MANGA CURTA, 2 LOGOTIPOS SILCADOS Prefeitura Municipal e Assistência Social (nas costas) com aplicação de arte na frente e com layout personalizado, colorido na frente tamanhos que poderão variar entre M, G, GG conforme arte constante do (imagens de referências, para os detalhes); Composição: 100% poliéster Cor: LARANJA	

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA.

3.1. A participação na presente dispensa se dará mediante a entrega da menor proposta presencialmente na SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL com sede na Rua 01 nº 195 - Centro – Bom Jesus-GO ou por [email- social@bomjesus.go.gov.br](mailto:social@bomjesus.go.gov.br)

3.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

3.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

3.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro

ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Lei Federal 14.133/2021.

2.2. O prazo de vigência da contratação é de 60 dias contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

3. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

3.1. Para fornecimento dos produtos registrados nessa dispensa será celebrado o Contrato e/ou Nota de Empenho e ainda Autorização de Fornecimento específico a critério da Administração.

3.2. Os produtos/serviços deverão ser fornecidos em estrita observância a este Termo de Referência, e de acordo com a autorização de compras expedida pela Prefeitura;

3.3. **Local de entrega:** A entrega dos produtos/serviços deverá efetivar-se na Secretaria Municipal de Assistência Social Centro Bom Jesus – GO;

3.4. Fica fixado o prazo máximo de 10 (dez) dias para entrega dos produtos/serviços, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento;

3.5. A administração poderá ordenar a remoção e/ou substituição de qualquer produto/serviço que estiver em desacordo com o Edital

3.6. Ocorrendo rejeição dos produtos/serviços por não se enquadrarem nas especificações estipuladas, ou por apresentarem defeitos ou danos em geral, o Contratado deverá fornecê-los novamente, no prazo máximo de **02 (dois) dias**, a contar da data em que for comunicada a rejeição, sem ônus para o Contratante, sob pena de incorrer nas sanções cominadas em lei e neste Edital;

3.7. A Administração Pública poderá se recusar a receber o objeto licitado, caso esteja em desacordo com a proposta ou com o Edital, circunstância esta que será devidamente registrada e que caracterizará a mora do adjudicatário;

3.8. **Qualquer dano que vier a ocorrer durante o transporte correrá por conta da contratada, devendo a mesma repor o objeto danificado ou, ainda, caso algum produto não corresponda ao exigido ou apresente defeitos que impeçam ou prejudiquem seu uso, a CONTRATADA deverá providenciar, no prazo máximo de até 02(dois) dias úteis contados da data da notificação expedida pela Secretaria, a sua substituição, visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo da aplicação das sanções.**

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO.

4.1. Ainda não foram elaborado o plano de contratações anual para o exercício financeiro vigente, todavia o atendimento desta necessidade está em conformidade com as ações e planejamentos da Secretaria Municipal de Assistência Social.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

Contratação de fornecimento de 70 camisetas padronizadas para a uniformização dos colaboradores da Secretaria Municipal de Assistência Social para a Campanha de Conscientização em apoio ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração contra Crianças e Adolescentes

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. O procedimento licitatório será regido pela Lei Federal nº 14.133 de 2021. A licitação será realizada na modalidade **pregão eletrônico** e o critério de seleção da melhor proposta para a contratação do presente objeto é o de **menor preço por item**.

6.2. Qualificação técnico-profissional e técnico operacional

a) Deverão ser apresentados pelas licitantes

- I- Atestado de Capacidade Técnica comprovando que a empresa já forneceu objeto igual ou similar para outras pessoas jurídicas de direito privado ou publica
- II- Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- III- Declaração de que tem disponibilidade de patrimônio móvel e outros equipamentos necessários à execução do serviço, e também de que possui quadro de funcionários especializados, apresentando a relação explícita;

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. Condições de Entrega

- 7.1.1. O prazo de entrega dos bens é de 10 (dez) dias, contados do recebimento da ordem de compra.
- 7.1.2. A entrega dos produtos deverá ser realizada nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social, situada na Rua 01, nº 195, Centro de Bom Jesus/GO, com horário das 07h00min às 11h00min, e, das 13h00min às 16h30min, em dias úteis da semana, dentro do município de Bom Jesus de Goiás, após o envio de requisição emitida pelo Município, onde se relatarão, de maneira circunstanciada as condições do fornecimento.
- 7.1.3. Após solicitação formal, a vencedora deverá efetuar a entrega integral dos produtos requisitados em um prazo máximo de 10 (dez) dias (úteis), não serão aceitos pedidos de prorrogação de entrega, em horário comercial de segunda a sexta feira; COM SEGURO, FRETE, CARGA E DESCARGA INCLUSOS NO VALOR DA MERCADORIA, ficando o Órgão Contratante isento de quaisquer responsabilidades.

7.2. Garantia, manutenção e assistência técnica

- 7.2.1. Os materiais deverão ter garantia de 10 dias contra eventuais defeitos de fabricação.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 8.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 8.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 8.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato _____, ou pelos respectivos substitutos.
- 8.5. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;
 - 8.5.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
 - 8.5.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
 - 8.5.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
 - 8.5.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
 - 8.5.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- 8.6. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
 - 8.6.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
 - 8.6.2. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 8.7. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

9.1. Recebimento do Objeto:

9.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.2. Liquidação

9.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.2.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.2.3. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2.4. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.2.5. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.2.6. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.3. Prazo de pagamento

9.3.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias contados a partir do dia seguinte do recebimento da Nota fiscal. Na existência de erros, a fiscalização aguardará a regularização por parte da contratada, iniciando-se novo prazo para conferência e pagamento.

9.3.2. Deverá constar da NOTA FISCAL o nome do banco, agência e o nº da conta bancária receptora do depósito, além de outros dados indispensáveis para a efetivação do pagamento.

9.3.3. Não serão efetuados, em hipótese alguma, pagamentos por meio de boletos bancários.

9.3.4. O CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, indenizações, encargos, tributos etc., devidos pela licitante vencedora, previstos em lei ou nos termos do contrato.

9.3.5. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou a correção monetária.

9.3.6. No caso de atraso pelo Contratante, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC.

9.4. Forma de pagamento

9.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.4.2. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.4.2.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.4.3. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de



DISPENSA DE LICITAÇÃO, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

10.2. Exigências de habilitação: Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os requisitos mínimo quanto à:

10.2.1. Habilitação jurídica:

- a) Ato constitutivo ou contrato social, acompanhado da documentação pessoal dos sócios;

10.2.2. Regularidade Fiscal

- a) Comprovação de Regularidade com a Fazenda Municipal;
- b) Comprovação de Regularidade com a Fazenda Estadual;
- c) Comprovação de Regularidade com a Receita Federal.
- d) Certificado de Regularidade Fiscal – FGTS;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

10.2.3. Qualificação Econômico-Financeira

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

10.2.4. Qualificação Técnica

- a) Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

11.ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na dotação orçamentária a ser informada pelo Departamento de Contabilidade do Município.

Bom Jesus de Goiás 25 de março de 2024

Aparecida de Fátima Portilho
Secretária Municipal de Assistência Social